

À COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO/RJ.

INOVA INFRAESTRUTURA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.099.079/0001-76, localizada na Rua Abílio Fernandes Bandeira, nº 160 – Vale Encanado – Macaé/RJ – CEP: 27933-440 -, por seu representante legal, vem respeitosamente, a presenta de vossa senhoria, com fundamento nas normas editalícias e no art. 164 e ss da Lei Federal nº 14.133/2021, apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

em face do **Edital de Concorrência nº 15/2026**, promovido pelo Município de Nova Friburgo/RJ.

I – DO CABIMENTO E DA TEMPESTIVIDADE

A presente Impugnação é cabível nos termos do art. 164 e ss da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme exposto:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.**

Assim, considerando que a data de abertura do certame ocorrerá no dia 28 de maio de 2026, demonstra-se tempestiva a apresentação desta impugnação e cabível, por versar sobre **irregularidades no procedimento licitatório em curso**, aptas a comprometer:

- a legalidade do certame;
- a adequada seleção da proposta mais vantajosa;
- a execução eficiente do contrato.

II – DOS FATOS RELEVANTES

O edital em questão tem por objeto a **delegação, mediante concessão administrativa, dos serviços de iluminação pública do Município**, abrangendo atividades de:

End.: Rua Abílio Fernandes Bandeira, nº 160 – Vale Encanado – Macaé/RJ – CEP: 27933-440

Tel: (22) 3087-2934 (22) 99835-0235 – E-mail: comercial@inovainfraestrutura.com.br

- instalação;
- modernização;
- expansão;
- operação e manutenção da rede municipal

Trata-se, portanto, de **serviço típico de engenharia elétrica**, com elevado grau de complexidade técnica e impacto direto na segurança e continuidade de serviço essencial.

Entretanto, ao disciplinar a habilitação técnica, o edital incorre em **grave distorção**, ao não exigir comprovação de capacidade técnica compatível com o objeto, verifica-se que o edital não estabeleceu critérios de qualificação técnica compatíveis com o objeto, priorizando a demonstração de experiência em gestão financeira e administrativa, em detrimento da comprovação de capacidade técnica operacional na execução de serviços de engenharia.

III – DA VIOLAÇÃO À LEI Nº 14.133/2021 (ART. 67)

O art. 67 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que a qualificação técnica deve ser **pertinente e compatível com o objeto da licitação**.

No caso concreto, verifica-se que:

- o edital privilegia **experiência em gestão financeira e administrativa**;
- não exige **experiência técnica em engenharia elétrica aplicada à iluminação pública**.

Tal desconexão viola frontalmente o comando legal e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União que é firme ao exigir a correlação entre objeto e qualificação técnica.

Nesse sentido, o Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário estabelece que as exigências de habilitação devem guardar pertinência com o objeto licitado, enquanto o Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário reforça a necessidade de comprovação de aptidão para desempenho de atividade compatível em características, quantidades e prazos.

Neste caso concreto, essa diretriz não foi observada, pois o edital admite a participação de empresas sem experiência comprovada em serviços de iluminação pública ou engenharia elétrica.

IV – DA AUSÊNCIA DE REQUISITOS TÉCNICOS ESSENCIAIS (ENGENHARIA)



O edital deixa de exigir requisitos mínimos indispensáveis para execução de serviços de engenharia, tais como:

- registro no CREA;
- indicação de responsável técnico habilitado;
- apresentação de acervo técnico (CAT);
- comprovação de experiência em serviços similares.

Tal omissão afronta diretamente:

- a Lei nº 14.133/2021;
- as normas do sistema CONFEA/CREA;
- a boa prática administrativa.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é firme no sentido de que a ausência de exigência de responsável técnico habilitado, bem como de comprovação de capacidade técnico-operacional em contratações de engenharia, configura falha grave no instrumento convocatório, por comprometer a adequada execução do objeto, conforme assentado no Acórdão nº 3.071/2014 – Plenário. No mesmo sentido, o Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP) classifica como irregularidade relevante a inexistência de qualificação técnica adequada em editais dessa natureza, justamente por fragilizar a garantia de que o futuro contratado detenha condições efetivas de executar os serviços com a qualidade e segurança exigidas.

V – DA DEFINIÇÃO INADEQUADA DA PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA

O edital incorre em outro vício relevante ao definir como parcela de maior relevância:

- a gestão de recursos financeiros

Quando, na realidade, deveriam ser exigidas experiências técnicas como:

- instalação de infraestrutura de iluminação;
- implantação/substituição de luminárias LED;
- operação e manutenção de rede de iluminação pública.

Essa omissão fragiliza o processo de habilitação e permite que empresas sem qualificação adequada participem do certame.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União estabelece que a definição da parcela de maior relevância técnica deve estar diretamente vinculada aos aspectos mais significativos

do objeto contratado, não podendo recair sobre elementos meramente acessórios ou de natureza administrativa.

Nesse sentido, o Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário consignou que a seleção dos requisitos técnicos deve refletir, com precisão, as atividades essenciais à execução do contrato, sob pena de desvirtuamento do instituto da qualificação técnica e comprometimento da adequada seleção do futuro contratado.

VI – DO RISCO CONCRETO AO INTERESSE PÚBLICO

A manutenção do edital nos termos atuais permite que empresas sem capacidade técnica operacional venham a ser contratadas para executar serviços de alta complexidade.

Tal cenário implica:

- risco de inexecução contratual;
- comprometimento da continuidade do serviço público;
- potencial dano ao erário;
- aumento de litígios e reequilíbrios contratuais.

A irregularidade, portanto, não é meramente formal, mas **estrutural**, com potencial impacto direto na eficiência da contratação.

VIII – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

1. **O conhecimento e o recebimento da presente Impugnação;**
2. **A revisão/retificação do Edital nº 15/2026** para que edital seja adequado para:
 - alinhar a qualificação técnica ao objeto (engenharia elétrica);
 - exigir registro no CREA, responsável técnico e CAT;
 - exigir comprovação de execução de contratos similares;
 - redefinir corretamente a parcela de maior relevância técnica;
3. **A republicação do edital com reabertura de prazo;**
4. **A disponibilização de resposta formal à presente impugnação.**



IX – CONCLUSÃO

A presente Impugnação não tem por objetivo restringir a competitividade, mas assegurar que ela ocorra dentro de parâmetros técnicos adequados, garantindo a execução eficiente do contrato e a proteção do interesse público.

Termos em que,
Pede deferimento.

20 de maio de 2026.

INOVA INFRAESTRUTURA LTDA
CNPJ nº 11.099.079/0001-76
GUILHERME JOSÉ FELIPE DE ALMEIDA
CPF nº 145.082.247-92